

**UBALDINO FARIAS DE BARROS**

**Rousseau – a origem das desigualdades e Nietzsche – A genealogia da  
moral**

**1ª Edição**

**Jonas Farias de Barros**

**São Paulo  
2014**

## 1. Introdução

Jean Jaques Rousseau nasceu em 1712 em Genebra e faleceu em 1778, aos 66 anos de idade. No ano de 1753, aos 41 anos de idade, escreveu este magnífico discurso, com o intuito de concorrer ao prêmio da Academia de Dijon, que outrora em 1749, já havia vencido, discorrendo com o seguinte tema: *Discurso sobre as ciências e as artes*. Porém o atual trabalho, não ganhou o prêmio, embora tenha sido uma de suas maiores obras.

Rousseau, além de compor o grande time de iluministas franceses, ao lado de Diderot, d'Alembert e Voltaire, ajudou também na colaboração do movimento enciclopedista.

Nietzsche nasceu em Röcken, Alemanha, no dia 15 de outubro de 1844 e faleceu no dia 25 de agosto de 1900, vítima de complicações causadas por uma sífilis não tratada, que a levou também à insanidade mental. *A Genealogia da moral* foi publicada pela primeira vez em 1887, quando o autor gozava de 43 anos de idade, no qual recebeu fortes influências da obra do Dr. Paulo Ree, que escreveu: *A origem dos sentimentos morais* (Nietzsche, s.d, p. 11).

Nietzsche quando escreve *A Genealogia da moral* declara que completa algo que outrora já havia sido tratado por outros pensadores. Em o *Humano demasiado Humano* de 1878 é uma obra introdutória à Genealogia da Moral, que seria necessário para melhor compreensão recorrer antes a primeira, para depois navegar na Segunda obra (Nietzsche, s.d. p. 16).

Em linhas gerais, Nietzsche diz que passou a ver as questões de moralidade com um olhar cético, já que a moralidade poderia ser empregada como algo bom ou mal, ou como um bem ou um mal de acordo com a vontade ou querer do grupo dominante, que procurava justificar suas atitudes como sendo boas, quando na realidade estavam mascaradas de hipocrisia, enfermidade e equívoco. Em suma, **a moral seria responsável pela desgraça do homem** (Idem, p. 18).

Nietzsche relatou também que a história era uma das principais ferramentas para mostrar ao homem a falsidade da moralidade. Ao estudá-la o homem descobriria que a ideia de bem e de mal que temos não está em Deus, mas sim no próprio homem, que de

acordo com seus desejos torna-se o criador da moralidade padrão a qual passa a ditar as regras do que passa a ser correto ou incorreto de acordo com esta visão humana demasiada humana (Idem, p. 15).

Na concepção do filósofo em análise, o estudo da história faz o homem reconhecer a falsidade da moralidade, e o apoio da psicologia vai lhe mostrar que a depressão na qual o homem se encontra levando-o ao niilismo é culpa exclusiva desta própria moralidade. A filosofia viria para criticar esta moralidade, relatando seus pontos negativos que alienam os homens. (Idem, p. 18).

## **2. Desenvolvimento**

### **2.1 Do contrato social de Hobbes**

#### **2.1.2 – Sobre a condição natural da humanidade relativamente a sua felicidade e miséria.**

O Estado de Natureza é uma anarquia. Todos os homens são iguais, mas é a ausência de lei que me põe em temer o próximo. Sem leis não há garantias, não há proteção dos bens, da vida e da propriedade, pois tais direitos só pertencem a sociedade civil.

“os homens são iguais por natureza – da igualdade deriva à desconfiança – da desconfiança à guerra – fora dos estados civis há sempre a guerra”.

No Estado de Natureza todos são iguais, mesmo havendo diferença de força, destreza, inteligência, etc., pois, todas as qualidades podem ser alcançadas. Os homens no Estado de Natureza são iguais, porque na ausência de leis todos, desde o homem mais fraco ao mais forte vive em desconfiança. Um homem muito fraco é capaz de matar tranquilamente o mais forte, desde que o pegue de traição ou se associando a outros homens.

Se no Estado Natural a força pode ser um diferencial, quanto a ciência a falta dela neste Estado torna os homens mais iguais, pois a ciência é algo que não nasce conosco, mas sim, é adquirida e para isto precisa de associações pacíficas entre os homens.

Veja-se que um homem no Estado de Natureza, planta e cultiva um terreno, ora este mesmo homem não está isento de ser expulso de sua terra por outros, assim como o que se apossou está correndo o mesmo perigo.

É por esta questão que o homem mais forte resolve atacar, dominar e subjugar os demais, com o intuito de afastar o medo de ser dominado. Ademais, quem adotar uma atitude de defesa, ficará constantemente se defendendo.

No Estado de Natureza não há prazer na companhia do outro, mas sim medo, e é por este medo que o mais forte ataca os fracos, os fracos os fortes e assim vão se digladiando. É,

pois, no Estado Civil, cujas leis estão vivas e afastam o temor do próximo, que faz os homens sentirem prazer de estar na companhia do outro.

Os homens em Estado Natural levam a competição, a desconfiança e a glória ao extremo.

-A **COMPETIÇÃO**: os homens se atacam visando ao lucro, em se tornarem senhores dos outros, das terras, das mulheres, etc.

-A **DESCONFIANÇA**: os homens quando desconfiados dos outros, não hesitam em atacá-los, visando proteger suas terras, bens e mulheres.

-A **GLÓRIA**: os homens se atacam quer tenham sido ofendidos pessoalmente, profissionalmente, etc.

A ausência do Estado Civil põe diretamente os homens na Guerra de todos contra todos, que não é só o conflito físico, mas também conspirações, traições, etc.

**A vida no Estado Natural deixa o homem solitário, pobre e embrutecido. Na Guerra de todos contra todos, não há injustiça. Onde não há poder algum, não há lei e onde não há lei não há injustiça.**

Na guerra, a força e a fraude são duas virtudes principais.

A justiça e a injustiça pertencem ao homem em sociedade e não na solidão. Na sociedade, há o direito a propriedade, o direito de eu ter o que é meu, e o outro o direito de ter o dele. O homem em sociedade se vale das paixões e da razão. Esta é o medo da morte, o conforto e o trabalho, e aquela é capaz de permitir a paz entre os homens, graças aos acordos que firmam.

É óbvio que o Estado Civil também impera o medo. É comum se dormir com janelas fechadas, por o dinheiro no cofre e se armar quando for vigiar. É comum uma nação espionar a outra. Porém, em qualquer caso há a possibilidade de punição para os infratores, caso que no Estado Natural não há.

### **2.1.3 – Sobre a Liberdade dos súditos**

**Liberdade** é a ausência de oposição, é não ter o espaço delimitado por celas, ou o corpo amarrado. A privação da liberdade não é algo comum aos homens e animais, pois as próprias águas podem ter sua liberdade de correr livremente impedidas, quando desviamos seus cursos, fazemos represas ou construímos diques e canais.

Um homem acometido por uma grave doença em uma cama, estando nela imóvel não significa que perdeu sua liberdade, pois na medida em que se curar, poderá ir e vir quando lhe aprouver. O mesmo ocorre, quando um homem doa seus bens a outros, isto é uma decisão baseada em sua liberdade, pois qualquer homem é livre para doar seus bens a quem lhe

aprouver, desde que não seja coagido para isto. **O que acabamos de explicar aqui recebe o nome de livre arbítrio.**

Um homem viajando com muitos bens num pequeno barco, se numa forte tempestade, que lhe obrigar a lançar seus bens ao mar para sobreviver, este mesmo homem é livre para lançar seus bens ao mar, ou não lançá-los e procurar tentar salvar tanto a si, como a seus bens. Do mesmo modo, um homem que se recusar a pagar suas dívidas é livre para ser um fugitivo ou pagá-las e voltar a condição de ser um cidadão. Estas decisões também fazem parte do **livre arbítrio, ou seja, o homem é livre para decidir.**

Hobbes por sua vez vai chamar a atenção para a questão da **liberdade e do livre arbítrio**. Se o livre arbítrio é capacidade do homem ser livre para decidir isto ou aquilo, isto quer dizer que as decisões devem ser tomadas com responsabilidade e que o homem pode ser punido se escolher uma decisão errada que venha a prejudicar o próximo, além do mais **a liberdade não me dá o direito de eu fazer tudo o que eu quero**. É nestes dois exemplos que Hobbes vai demonstrar as consequências nefastas no **Estado de Natureza**, cujo **livre arbítrio** me permitia prejudicar o próximo e não ser punido com isto. A criação do **Estado Civil, graças ao pacto entre os homens** trouxe numerosos benefícios, porque freou este livre arbítrio garantindo aos homens a paz, a conservação e a segurança. **A criação do Estado Civil pelo pacto entre os homens<sup>1</sup> representa um líder para protegê-los - o Estado Civil é como se fosse um homem artificial - e as leis representam uma cadeia artificial inibindo aquilo que não é bom para a vida comum em sociedade.**

**No estado de Natureza há a Guerra de Todos contra todos, pois como não há a formação de um Estado Civil e nem de leis, o que impera é o livre arbítrio dos homens, não há o direito de herança, pois posso tomar a terra do outro, nem o direito à propriedade, pois posso ser expulso da propriedade a qual vivo, nem o direito de ter esposa, pois posso tomar a de quem eu quiser pela força. Em suma: não há nem leis, nem tranquilidade. Os homens pelo pacto entregam seu livre arbítrio ao Soberano, que constitui o Estado Civil. Neste Estado Civil a liberdade está ou no soberano absoluto(Monarquia) ou na Liberdade das assembleias representativas (Democracia ou República).**

Se o Estado Civil termina com a guerra de todos contra todos, porém os próprios Estados estão em guerra de todos contra todos, um contra o outro, mas só se digladiarão e se destruirão novamente pelo livre arbítrio de seus soberanos, que está centrado na ganância; geralmente esta ganância está centrada em um querer anexar o outro. É por esses medos, que os Estados formam exércitos e se armam.

---

<sup>1</sup> Sei que está sendo repetitivo, mas isto se dá porque é importante ter em mente, que o Estado Civil em Hobbes só se origina porque os homens vendo que o livre arbítrio deles sem freios gerava a guerra de todos contra todos. Pelo pacto entre os homens, eles elegem um soberano para governá-los).

Hobbes vai mostrar também que a formação do Estado Civil deu origem a duas formas de governos, que tinham visões completamente antagônicas sob a questão da liberdade.

1. Governos Democráticos, cuja liberdade em excesso dos súditos limitava o poder de proteção do Soberano. Na Grécia Antiga, com destaque para a cidade de Atenas, o povo era soberano e baniam ao bel prazer este ou aquele homem.

Os gregos antigos, por viverem sob Um Estado Civil Democrático se consideravam livres e julgavam aqueles que viviam em Governos Civis Monárquicos, como escravos. Os Romanos odiavam a Monarquia. Aristóteles representando os gregos e Cícero os Latinos;

2. Governos Monárquicos, que limitava o poder dos súditos e ampliavam os do Soberano, o que consistia em mais proteção aos súditos.

Os governos democráticos para Hobbes, nada mais eram do que governos que queriam impedir e controlar os atos do Soberano. Quando haviam discordâncias entre súditos e Soberanos, os tumultos por parte dos súditos eram comuns, que para serem acalmados se recorria ao uso da Força, por parte do Soberano e muitas vezes esses tumultos eram acalmados graças ao derramamento de sangue. Para Hobbes, os tumultos são as características destes Estados Civis Populares (Democracia ou Republica).

Para Hobbes, estes mesmos Estados Civis Populares se consideram livres, mas na realidade desconhecem o que é realmente a liberdade. Segundo Hobbes, quando pelo pacto entre os homens escolhemos um Soberano, significa que aceitamos perder nossa Liberdade Natural ou Livre Arbítrio a fim de me submeter às ordens de um Soberano, que nos governará com equidade, ou seja, eu assino o pacto confiante neste princípio de ser governado por equidade. Por equidade se entende o direito dos súditos serem livres de comprar e vender onde quiser, de comprar terras e ter o direito sobre elas, de escolher a alimentação, a profissão, o método de educar os filhos e o direito de preservar a vida, que é um dos direitos mais importantes.

Suponhamos, que um Soberano não me permita ter acesso a alimentos, água, o ar, o que me dá total liberdade de contestar esta ordem do soberano e me valer tanto da água, do alimento e do ar para manter minha vida, se do contrário não sou livre para recusar, mas devo me submeter. Vejamos:

Caso o soberano ordenar a alguém, portanto — mesmo que justamente —, condenado, que se mate, ou se mutila a si mesmo...ou que se abstenha de usar os alimentos, o ar, os medicamentos ou qualquer outra coisa sem a qual não poderá viver, esse alguém tem a liberdade de desobedecer... Quando nossa recusa de obedecer prejudica, portanto, o fim em vista do qual foi criada a soberania, não há a liberdade de recusar. Caso contrário há essa liberdade (p.163-4).

Todos aqueles que se alistaram como soldados ficam obrigados em caso de guerra em enfrentar o inimigo para proteger o Estado, não tendo a liberdade nem de fugir e nem de se entregar, salvo ordens de seu comandante. Quando o Estado também se encontra muito ameaçado de morte, caso esteja em guerra, não só os soldados são obrigados a enfrentar o inimigo, mas sim todos os súditos, inclusive as mulheres, pois a obrigação de defender o Estado é de todos e se dá pelo Dever, pois se os súditos deixarem o Estado morrer, então foi em vão o pacto que fizeram para criá-lo.

Se o Soberano governa seus súditos com equidade, isto significa que se vale das leis para isto. Ora é na ausência de uma lei, que tenho a liberdade de fazer, não fazer, omitir ou não omitir, eis, portanto nosso **livre arbítrio**. Vejamos que há países em que é permitido o homem ter várias esposas, neste caso o homem é livre para não ter nenhuma, ter uma, ou quantas desejar, mas na medida em que surge uma lei proibindo está prática, não é mais o livre arbítrio que vou me guiar, mas sim pelas leis. Além do exemplo da esposa, Hobbes narra que houve um período na Inglaterra, que quem invadissem uma propriedade poderia ser expulso dela pelo uso da força do próprio proprietário, mas que depois foi promulgada uma lei proibindo a expulsão do invasor pelo uso da força por parte do proprietário.

Logo parece incoerente se adotar os governos populares, pois neste caso eu não parto de uma confiança, mas sim de uma desconfiança, e isto se verifica que estes governos civis populares procuram limitar o poder do Soberano enfraquecendo sua soberania, que é sinônimo de ausência de proteção. **Hobbes conclui que estes governos Civis Populares são incongruentes.**

Hobbes explicou que na monarquia, quando os súditos estavam descontentes com alguma decisão do Soberano, bastava recorrer aos juízes para que julgassem a causa de acordo com a lei, e o Soberano deve ter a hombridade de aceitar a decisão dos magistrados, mas se o Soberano não fere as leis, ele continua com o direito de propor a paz, a guerra designar os seus magistrados, seus funcionários, seus conselheiros, levantar impostos. Ou seja, o Soberano tem em suas mãos a Soberania.

Conclusão:

- 1- A obrigação dos súditos para com o soberano só dura enquanto o soberano puder protegê-los, pois a soberania é a alma do Estado. Os homens obedecem porque trocam a liberdade natural pela proteção do Soberano;
- 2- Se um Soberano vier a morrer, ou renunciar, em qualquer um dos casos se não tiver herdeiros, cessa a Soberania e os homens voltam ao Estado de Natureza;
- 3- Se um Soberano for vencido numa guerra, então o vencedor passa a ser senhor de seus súditos;

- 4- Se um Soberano for aprisionado na batalha,mas não for devolvido, a soberania ou passa para os herdeiros ou para os magistrados que ele havia designado;
- 5- Se um súdito for banido deixará de ser súdito e passará a ser súdito do Estado que o acolher.

## **2.2 – Primeira crítica a Hobbes: Rousseau – a origem das desigualdades**

Rousseau elabora o Discurso da desigualdade, em três partes: Dedicatória – a República de Genebra, Prefácio e por fim o discurso sobre a desigualdade. Rousseau na realidade queria neste livro fazer uma sucessão de críticas, as quais resumidamente pode-se elencar:

### **2.21- Uma crítica ao especismo humano**

Em vários trechos do livro, o filósofo advoga que se não é correto maltratar a bel prazer outro homem que seja mais frágil, o mesmo não deve ser feito aos animais, pois se aos homens lhes cabem à razão e aos animais a irracionalidade, mas tanto num como noutro há sentimentos, os quais devem ser respeitados e que as diferenças entre homens e animais são na realidade mínimas, havendo mais diferenças entre os homens entre si, do que entre homens e animais. Que aqueles que negavam que os animais não tinham nem ideias e nem sentimentos, enganavam-se, pois bastaria ver e a entrada do gado ao matadouro e ouvir seu mugido de desespero (Rousseau, s.d, p. 35; 55 e 76). Vejamos os principais fragmentos:

Parece, com efeito, que, se sou obrigado a não fazer nenhum mal a meu semelhante, é menos porque ele é um ser racional do que porque é um ser sensível, qualidade que, sendo comum ao animal e ao homem, deve ao menos dar a um o direito de não ser maltratado inutilmente pelo outro... Todo animal tem ideias. Pois tem sentidos; combina mesmo as ideias até certo ponto: e, sob esse aspecto, o homem só difere do animal do mais ao menos; alguns filósofos chegaram a avançar que há mais diferença entre um homem e outro do que um homem e um animal... os tristes mugidos do gado, ao entrar no matadouro, anunciam a impressão que ele recebe do horrível espetáculo que o comove (Rousseau, s.d, p. 35;55 e 76).

### **2.22 - Uma crítica ao Contrato Social de Hobbes**

Rousseau interpreta Hobbes, afirmando que este procurava justificar a saída do Estado de natureza, como um estado de medo, constituído pela competição e

desconfiança, o que provocava o medo e levava a *Guerra de Todos contra Todos*. A saída do homem seria entregar sua liberdade a um soberano (Rei) o qual zelaria pela paz e segurança de todos os súditos. Mas é nestes quesitos que Rousseau se opõe, já que vai descrever o Estado Civil, como um declínio, aos homens, porque lhes tira a liberdade tornando-os escravos do trabalho, da moralidade, dos luxos, etc. Que o estado de natureza é o lugar que o homem sabe o que é a liberdade. Conforme Rousseau expressa: “*A Natureza cria os homens livres, mas a desigualdade é criada pelo próprio homem*” (Rousseau, s.d. p 12). Vejamos:

Daí saiu as guerras nacionais, as batalhas, os assassínios, as represálias, que fazem estremecer a natureza e chocam a razão, e todos esses preconceitos horríveis que colocam na categoria das virtudes a honra de derramar o sangue humano. A gente mais honesta aprendeu a contar entre os seus deveres o de cortar o pescoço dos semelhantes: têm-se visto, enfim, os homens se massacrarem aos milhões sem saberem por quê; e cometem-se mais assassínios em um só dia de combate e mais horrores na tomada de uma só cidade do que no estado de natureza, durante séculos inteiros, sobre toda a superfície da terra (Idem, p.?)

Para Rousseau é difícil pensar num Estado de Natureza, pois por mais que se levantem bons argumentos falaremos apenas de algo hipotético. Pensar no Estado de Natureza é pensar no homem primitivo, mas não naquele que parecia com uma besta por ter o corpo coberto de pelo, andar de quatro e unhas compridas, mas sim no homem como exatamente o vemos, ou seja, um ser que anda com dois pés, que é ereto e capaz de refletir (Idem, p. 41-43passim). Assim Rousseau o descreve: “*Hei de supô-lo sempre tal como o vejo hoje, andando com dois pés, servindo-se de suas mãos como fazemos com as nossas, dirigindo o olhar para toda a natureza e medindo com os olhos a vasta extensão do céu*” (Idem, p. 44).

Rousseau detalha ainda este homem, como não sendo nem o mais forte nem o mais frágil ser da natureza, mas sim um ser que se adaptou muito bem à natureza. É capaz de suportar as intempéries da natureza, como excesso de frio e calor. É capaz de escalar habilmente uma árvore para fugir dos predadores. É capaz também de enfrentar ferozmente um predador e rapidamente torna-se autossuficiente não mais precisando dos cuidados dos pais. Em suma: o homem no Estado Primitivo é um forte. Ao mesmo tempo relata que no Estado Civil, os homens são frágeis, adoecem com facilidade e os filhos já nascem onerosos aos pais (Idem, p. 45). Vejamos como ele expõe:

A natureza faz precisamente com eles o que a lei de Esparta fazia com os filhos dos cidadãos: torna fortes e robustos os que são bem constituídos e faz morrer todos os outros divergindo nisso das nossas sociedades, em que o Estado tornando os filhos onerosos aos pais, os matam indistintamente antes do nascimento (Idem, p. 45).

Como deu para perceber, Rousseau expõe argumentos para refutar Hobbes, para o filósofo francês a natureza primitiva, que não conhecia a desigualdade, mas que a mesma veio a ser conhecida no Estado Civil, o qual criou uma série de moralidade, como a riqueza duelando com a pobreza e os homens poderosos oprimindo os fracos (Idem p. 36). Isto posto, Rousseau descreve duas espécies de desigualdades, a saber:

I – Física: Deficiência, doença, velhice;

II – Moral: Aquela que ocorre exclusivamente no Estado Civil, a qual obriga os pobres honrarem os ricos, que segrega classes e assim sucessivamente;

Rousseau continua argumentando que o Homem do Estado Civil acredita que a posse da Indústria, a capacidade de domesticar animais e de criar armas lhe põe em vantagem num conflito com o selvagem, mas o homem do estado civil é fraco, lento e inábil, não sendo capaz de escalar a mais simples das árvores, ao passo que o selvagem escala rapidamente qualquer espécie de árvore, tem força suficiente para lançar uma pedra de forma tão mortal sem precisar ter consigo nenhuma espécie de instrumento que o auxilie para isto. Ademais, Rousseau acrescenta dizendo, que o homem no Estado de Natureza não teme espécie alguma de animal selvático, seu único temor são as debilidades naturais como a infância e a velhice (Idem, p. 40; 46 e 48).

Rousseau não poupa argumentos para definitivamente condenar o Contrato Social de Hobbes, como sendo responsável pelas moléstias do homem. Para Rousseau é no convívio em sociedade que surgem males os quais nem sequer o indivíduo tenha chegado à velhice tais como: depressão pelo excesso de ociosidade ou de trabalho, doenças provocadas pela gula ou carência de alimentos ou de promiscuidade (Idem, p. 49). Vejamos como ele descreve: ... *“a maior parte de nossos males são nossa própria obra e que poderíamos evitá-los quase todos conservando a maneira de viver simples, uniforme e solitária, que nos foi prescrita pela natureza”* (Idem, p. 50).

Se a medicina - obra do Estado Civil - prescreve a dieta para seus pacientes é porque os mesmos exageram na gula, quando a dieta não resolve receita-se os remédios os quais trazem o equilíbrio ao corpo através dos efeitos colaterais que provocam; já no Estado de Natureza não havia nem a dieta e nem os remédios, porque os homens comiam aquilo que lhes era necessário para a sobrevivência (Idem, p. 50). Ademais, a vida em sociedade não só fez padecer aos homens, mas também aos animais, pois quando domesticados pelos homens perdem a robustez, a agilidade e padecem dos mesmos males que os homens padecem na sociedade (idem, p. 53).

Rousseau argumentou que Hobbes procura justificar o Contrato Social, por argumentar que o Estado de Natureza é violento e hostil e que provoca a desconfiança levando assim a Guerra de Todos Contra Todos. Para Rousseau estes argumentos não são válidos, pois basta examinar a própria natureza que mostra que as feras evitam o confronto físico ficando apenas ou na ameaça e depois desistem do confronto (Idem, p. 35). Rousseau afirma que o homem seguirá o exemplo das feras, pois não atacará outro homem para lhe tomar as posses, pois no Estado de Natureza não há posses, nem bens, nem propriedade privada, mas sim os homens são livres, se alimentam daquilo que a natureza lhes fornecem. **No Estado primitivo, o homem não sabia cultivar a terra para plantar milho ou criar gado, logo esta noção de propriedade privada nem se quer existia na mente do homem selvagem** (Idem, p. 59-61).

O homem selvagem por não ter adquirido a noção de propriedade privada era livre e podia ir e vir na vasta extensão da floresta. Não tinha local fixo para dormir, não havia nem se quer construído cabanas para protegê-los do frio, da chuva ou do sol. Não havia também casamentos e nem uniões estáveis. Não existia a posse das mulheres, logo não havia crimes passionais. Os encontros se davam por acaso e as relações ocorriam por acaso e após o ato cada um dos pares seguiam caminhos opostos. Neste estado não havia a linguagem, não havia também nem a ideia de família estável, como a conhecemos hoje, pois os filhos assim que nasciam, não tardavam de se separarem de suas mães, pois já eram autossuficientes (Idem p. 65).

Rousseau demonstra também que se enganam aqueles que dizem que somos racionais, porque temos a linguagem, isto é apenas um juízo de valor para justificar uma

discriminação, pois no Estado de Natureza o homem já era Racional e não tinha a linguagem. Rousseau volta aqui a fazer outra crítica ao especismo humano, o qual quer muitas vezes afirmar que somos superiores aos animais porque temos a linguagem (Idem, p. 65).

Rousseau advertiu que também se enganavam todos aqueles, que assim como Hobbes, acreditavam ferrenhamente que o Estado de Natureza era miserável. Segundo Rousseau a palavra miserável significava o sofrimento do corpo e da alma, mas que tanto um como o outro podem estar presentes em ambos os Estados, mas que predominavam em abundância no Estado Social, que é repleto pela concentração de renda nas mãos de muitos ao passo que temos uma multidão de famintos e **que é no Estado Social que o homem entra em desespero e retira a própria vida** (Idem, p. 72).

Para corroborar com o raciocínio acima dito, Rousseau diz que os crimes passionais (vingança dos amantes e duelos) são exclusivos do Estado Civil e nulos no Estado de Natureza, porque a moralidade cria uniões Estáveis, que gera ciúmes não só pelo amor, mas também por interesses, ao passo que no Estado Natural, tem-se apenas o desejo físico, que depois de sanado separa-se os pares. Que o amor só existe também no Estado Civil, foi mais uma destas criações morais, cujas mulheres foram as responsáveis pelo seu estabelecimento (Idem p. 81 e 85). Vejamos: *“Ora é fácil ver que o moral do amor é um sentimento factício nascido dos costumes da sociedade e celebrado pelas mulheres, com muita habilidade e cuidado para estabelecerem seu império”* (Idem, p. 82).

Rousseau argumenta também, que o homem no Estado de Natureza não pode ser considerado nem como bom e nem como mau, pois estas qualidades só podem ser pensadas no Estado Civil, o qual inventou uma moralidade que dita se isto é bom ou mau ou um bem ou um mal de acordo com esta moralidade que o Contrato Social denominou como correta. Com este argumento Rousseau quer negar mais uma vez os argumentos de Hobbes, o qual considerava o selvagem mau, porque o analisava de acordo com a moralidade que o homem no Estado Social acreditava que era a correta (Idem, p. 74).

Novamente contra Hobbes, Rousseau mostrou que o filósofo Inglês descrevia o homem como sendo mau, por ser livre e robusto, logo o mais forte não respeitaria os mais frágeis e os atacaria. Para Rousseau os animais são dotados de compaixão. Muitos passam com inquietação pelo cadáver do outro da mesma espécie. As mães alimentam e protegem a prole. Se estas são qualidades de seres taxados como irracionais, logo também as são aos seres racionais, o que leva a concluir que no Estado de Natureza havia a piedade e a compaixão, portanto o argumento de Hobbes estava mais uma vez equivocado, pois o convívio em natureza mostram não só atitudes piedosas, como também muitas impiedosas. Se fossemos tomar apenas as impiedosas, então seria correto taxar o homem no Estado Civil como mau (Idem, p. 76-7).

Se Hobbes considerou o Estado Natural como Mau, Rousseau considerará o Estado Social como também o sendo, pois é nele que há a servidão e a dominação. No estado de Natureza, se sou expulso de uma árvore procuro outra, se meu alimento está prestes a ser roubado, posso ou não optar pelo confronto. O homem no Estado de Natureza é ocioso, pois quando vê saciado seu desejo de fome ou sexual procura o repouso e não quer perder seu tempo subjugando o outro, pois isto lhe retiraria do ócio, já que teria que vigiá-lo. Ademais se um indivíduo é preso e consegue se soltar e fugir, jamais será capturado na imensidão da floresta e procurar o fugitivo é outra atitude laboriosa (Idem. P. 87-88).

Rousseau conclui que a servidão não cabe em hipótese alguma ao homem em Estado de Natureza, pois ele é independente, já no Contrato Social a sociedade torna os homens dependentes uns dos outros e a lei do mais forte torna verdadeira e necessária a servidão do mais fraco em recursos a se submeter aos mais poderoso economicamente, o que resta a concluir definitivamente que na Sociedade Selvagem não havia nada de mau, porque não conhecia nem os vícios, nem as desigualdades, ao passo que na Civil a moralidade vicia os homens, basta ver que é por intermédio dela que se condena as mulheres a temerem o deboche da sociedade que as conduzem ao aborto. (idem p. 86 e 89).

Para dar o golpe final na Teoria do Contrato Social de Hobbes, Rousseau afirma que a desigualdade nasceu quando um determinado indivíduo cercou uma parcela de

Terra e disse que ela era sua. Os demais homens que viram esta atitude fizeram pouco caso, mas outros homens foram cercado até que acabou por se formar o primeiro esboço de sociedade Civil, a qual seria definitivamente a desgraça do homem (Idem, p. 91). Vejamos na Integra como Rousseau descreveu:

O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas bastante simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não teria poupado o gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: “Livrai-vos de escutar esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos, e a terra de ninguém!”

Ao cercar a terra, outros homens começaram a imitar e disto tivemos a estabilização da família, com homem e mulher passando a ter deveres distintos. A linguagem já estava estabelecida e se tornaria mais ampla. Tem início as primeiras interações, que promovem o surgimento e a estabilização das primeiras sociedades. A desigualdade começa a surgir nesta nova fase, pois quem melhor caça, dança, constrói quer ser reconhecido. Nasce também a inveja, o ciúme, a vingança, a polícia, as leis, as punições, as quais só fizeram regredir o gênero humano (Idem, p. 98-103 passim).

Os homens que outrora errante, livres, agora reunidos em sociedade vão conhecer toda a espécie de desigualdade, como a exploração da mão de obra do trabalhador, a escravidão, a miséria, e principalmente o homem perdeu a Terra, que outrora era seu direito. Para Rousseau seria muito melhor que o homem ficasse eternamente no Estado de Natureza, pois a desigualdade só afeta o homem neste Estado Social (Idem, p. 104).

Os que cercaram a Terra impuseram ao outro a carência. Logo tudo aquilo que o homem retirava livremente da Natureza, está em posse daquele que a cercou. O que ficou desprovido de recursos se sujeita a oferecer sua força de trabalho aos donos da Propriedade privada. Surgem então diversas necessidades: uma que é do miserável que precisa sobreviver e a outra do proprietário de Terra que quer ampliar seus bens. Deste entrosamento os poderosos exploram os subordinados e os subordinados se submetem às humilhações dos poderosos. Surge um sistema que só é típico deste Estado Civil, em que o mais fraco, porém economicamente poderoso subjuga diversos homens muito

mais fortes, porém desprovidos de recursos. Ademais, é na relação de trabalho que os subordinados começam a concorrer entre si e tornam-se rivais (Idem, p. 110 e 121).

Rousseau vai demonstrar também que a **Guerra de Todos contra Todos não está no Estado de Natureza**, como havia previsto Hobbes, mas sim que esta Guerra nasce com a assinatura do Contrato Social, pois na medida em que as relações de trabalho segregam os homens entre ricos e pobres, desta interação é que torna os homens avarentos, ambiciosos, ciosos e maus, pois *“levanta-se entre o direito do primeiro ocupante, um conflito perpétuo que só termina por meio de combates e morticínios”*, tornando o homem mau, pois é no Estado Social que há muito mais mortes violentas do que os que houveram no Estado Natural (Idem, p. 116).

O Estado Civil Para Rousseau finge ser um bem que é dado aos homens, mas na realidade é um mal, uma mentira com o intuito apenas de domar os homens e transformá-los em escravos. Os Selvagens perceberam o mal que era viver neste Estado Social e não hesitaram de lutar até o fim de suas forças a repudiar o jugo de exploração, escravidão e desigualdade que lhes seriam dados. Assim Rousseau se expressou: *“quando vejo multidões de selvagens completamente nus desprezar as voluptuosidades europeias e arrostar a fome, o fogo, o ferro e a morte, para não conservar senão a sua independência sinto que não compete a escravos raciocinar sobre a liberdade”* (Idem, p. 121).

### **2.2.3 - Crítica a Monarquia e exaltação à República.**

Por fim, como já foi dito, Rousseau demonstrará que o Contrato Social, surge quando alguém cerca um lote de terra e diz: “Isto é meu”, o que leva outros homens a fazerem o mesmo. Nisto surgem as diversas sociedades, que se caracterizam por Monarquia, Aristocracia, Democracia e República, as quais promulgarão uma Constituição para reger os súditos. A assinatura do Contrato Social se baseou de acordo com a disposição dos homens. As sociedades em que se destacava alguém como o mais poderoso economicamente deram-lhe então o cargo de Rei. As Sociedades que haviam uma pequena parcela que se destacava economicamente, eles próprios passaram a querer governar alternando entre eles próprios o poder, já os que eram mais ou menos iguais deram origem à democracia (Idem, p. 126 e 128).

As distintas formas e sistemas de governo tinham como o intuito não deixar que a Sociedade viesse a se dissolver. Em suma todos procuravam salvar o Estado, mas a ganância, as intrigas desgastavam o Estado e criava facções que queriam tomar o poder com o intuito de Salvar o Estado, atitude esta que fazia nascer as **Guerras Civis marcadas por um sem fim de mortos, o que não deveria ocorrer, já que o Pacto Social queria por fim à Guerra de Todos contra Todos** (Idem, p. 129). Vejamos, mais um argumento: ... *“as intrigas se introduziram, as facções se formaram, os partidos se acirraram, as guerras civis se ataçaram, enfim o sangue dos cidadãos foi sacrificado à pretensa felicidade do Estado e esteve-se a ponto de cair na desordem dos tempos anteriores”* (Idem, p. 129).

Rousseau considerava que a Monarquia foi o pior dos governos, porque quando ela se vicia, torna-se uma tirania. O soberano não vê em seus súditos cidadãos, mas sim verdadeiros escravos, pois no despotismo impera a Lei do mais forte o qual *“não suporta nenhum outro senhor desde que ele fala, não há proibição, nem dever que consultar, é a mais cega obediência que é a única virtude que resta aos escravos”* (Idem, p. 130). O Déspota se vale da força para governar e é só pela força que é destronado. Neste sistema de governo impera o medo e a desconfiança, pois o Déspota é odiado pelos fortes, fracos ricos e pobres. Surge como já dissemos as sedições e as Guerras Civis, que tiram o sossego do cidadão (Idem, p. 138).

Ao contrário de Hobbes que via a democracia como um governo que não trazia segurança, pois todos queriam mandar, o que limitava a proteção aos súditos, Rousseau por sua vez vai exaltar a Democracia como sendo o exemplo do qual o povo busca a liberdade e a felicidade comum, porque os súditos procuram estabelecer um contrato, no qual ninguém pode estar acima da lei, mas sim todos abaixo da lei. **Para Rousseau a Democracia é o governo que repele o Déspota e o Tirano** (Idem, p.13).

**Se a Tirania, na concepção de Rousseau é excludente tendo na democracia uma melhor opção, mas é a República que é a mais sublime dentre todas, porque os cidadãos para serem governados por uma República adquiriram um grau de maturidade elevado, pois nela o povo é livre e há muito repeliu a tirania, pois a liberdade que há muito viveram na democracia os levou a desenvolver um amor à pátria, fazendo com que desde o senil ao infante possam se aprazer em morrer por ela, quando a liberdade é posta em perigo** (Idem, p.14-5).

Rousseau diz, que para se chegar a República é antes necessário passar pela Democracia. Para ele, os povos livres não podem ser governados por tiranos ou déspotas, porque a qualquer custo resistirão em querer entregar a liberdade; já os povos que há muito conheceram a tirania não podem receber de imediato à Democracia, pois se acostumaram a ser como gados guiados por um pastor. Para os tiranizados, a solução seria ir dando à liberdade aos poucos, para que aprendessem a andar com as próprias pernas e poder assim ter de fato um governo livre (Idem, p. 14).

Para Rousseau a República é melhor que a Democracia, porque conserva as leis antigas, porque antes de serem elaboradas são racionalmente descritas, para não serem facilmente descartadas e continuarem retas para o futuro, pois tudo aquilo que muda com constância não adquire respeito, mas sim desconfiança (Idem, 16).

O Prefácio do livro de Rousseau é um elogio à Genebra, como sendo o exemplo de República Perfeita a ser seguido pela humanidade, pois é virtuosa, os cidadãos não são promíscuos, as mulheres, zelosas esposas e aptas a constituírem uma família, logo dentre todos os males da Vida em Sociedade o pior é ser Governado por uma Monarquia, o Bom por uma Democracia e o excelente por uma República (Idem p. 27).

## **2.3 – Segunda crítica a Hobbes: Nietzsche – a genealogia da Moral,**

### **2.3.1 O Nascimento do Estado**

Nietzsche é claro em negar que o Contrato Social proposto por Hobbes tenha nascido para proteger os súditos e os livrarem do medo, nem nasceu também como descreveu Rousseau, quando alguém cercou um pedaço de terra e disse: “isto é meu”, mas sim da astúcia de homens já interesseiros que empregaram suas forças em dominar e explorar os mais frágeis, tendo na figura do nórdico europeu, o grande exemplo. No principio o explorador conquista e adquire escravos e colônias e impõe aos dominados os seus costumes. Com o passar do tempo, a colônia adquiriu não só os costumes do colonizador, como sua religião e está totalmente servil a ele (Idem, p. 83 passim).

A criação do Estado apresentou-se sob uma forma de tirania e de uma máquina sangrenta, pois teve como subordinados a este Estado guerreiros comandados para conquistar e senhores para explorar. (Idem, p. 82). Vejamos:

Empreguei a palavra “Estado”: é fácil compreender o que me refiro – um bando de aves de rapina loiras, uma raça de conquistadores e de senhores – que com sua organização guerreira e com sua força de organizar, não hesita em fincar suas terríveis garras...Essa é a origem do “Estado” na terra: creio que já foi bastante refutada a opinião que fazia remontar sua origem a um contrato. Aquele que pode comandar, aquele que por natureza é “senhor”, aquele que se mostra violento nas obras e nos gestos” (Idem, p. 83).

Nietzsche diz, que é o duelo entre opressor e oprimido que caracteriza a vida em sociedade. É neste duelo, como já foi dito que a moralidade é criada e escrita e depois transmitida. A genealogia da moral vai se completar também, na medida em que a religião se impõe por derramamento de sangue, sacrifícios dos primogênitos, mutilações, rituais cruéis e depois como terapia para curar o homem do niilismo, somando-se também as leis para domar os súditos que se fixam pelo medo do castigo corporal tais como: lapidação, suplicio da roda, empalamento, esquartejamento, dentre outros. (Idem, p. 60).

### **2.3.2 bom e mal – bem e mal**

Nietzsche, em A Genealogia da Moral, deixa bem claro que estas palavras são subjetivas, pois tais significados têm pontos de vista diferentes entre opressores e oprimidos. O bom e o bem para a classe financeiramente dominante seria a inversão do juízo de valor, cujo objetivo se centrava em mascarar as ações egoístas como sendo boas ou sendo um bem. A aristocracia, por exemplo, desenvolveram suas concepções de bom, bem, mau e mal, da seguinte maneira:

“Foram os próprios bons”, os homens nobres, os poderosos, aqueles que ocupam uma posição de destaque e que têm a alma elevada que julgaram e fixaram a si e a seu agir como “bom”, ou seja, “de primeira ordem”, em oposição a tudo o que é baixo, mesquinho, comum e plebeu (Nietzsche, s.d. p. 25).

Desta forma, os nobres deram a linguagem os valores de verdade conforme os seus interesses a qual com o passar do tempo viciou a linguagem de modo que não somos mais capazes de pararmos para refletirmos nestas questões e nem poderemos mais perceber que a noção de bem e bom nos dados pela classe dominante são na realidade palavras antônimas, pois conforme Nietzsche mesmo expos:

... não é de menor interesse reconhecer que se perpetua ainda e muitas vezes, nas palavras e nas raízes que significam e fixaram a si e a seu agir como “bom”, ou seja, “de primeira ordem”, em que oposição a tudo o que é baixo, mesquinho, comum e plebeu... a própria origem da linguagem como um ato de autoridade que emana daqueles que dominam (Idem, p. 25).

Por fim, os nobres se valendo das mesmas palavras passaram a incentivar à discriminação e à eugenia. Somente o europeu era de boa raça e com as melhores atitudes, as melhores decisões, ao passo que os demais que foram ou colonizados ou conquistados. O nobre, representado na figura do europeu de cabelo loiro e liso e olhos claros, é o homem puro, fino e culto, ao passo que o conquistado que é negro, ou mulato com olhos escuros e cabelos crespos é rude, degenerado e feio. Inculcando estes juízos de valores, justificaram não só as colonizações, os massacres, a discriminação racial, mas também a escravidão (Idem, p. 28).

Os escravos e os plebeus percebem que não possuem identidade, pois o que impera é a identidade dos nobres: “Nós os Nobres, nós os bons, nós os formosos, nós os felizes”. Para o escravo e o plebeu o que lhes é transmitido é que não são nem se quer nobres, nem bons, nem formosos e nem felizes, mas estes excluídos se reconhecem como homens injustiçados, oprimidos, sem recreação, sem descanso levando-os a reconhecer no Aristocrata como opressores, destruidores como responsáveis pelo jugo da servidão e da injustiça. Nasce a vontade da plebe se rebelar e romper em si e nos seus companheiros os grilhões da dominação nobre (Idem, p. 38).

Nietzsche nega que o duelo entre opressores e oprimidos, assemelhar-se-ia ao duelo entre a presa e o predador, já que o predador cessa seu ataque quando sua fome está saciada, ao contrário da Nobreza Europeia, que assemelhar-se-ia a um monstro insaciável, que por onde passou com sua horda de assassinos, deixou um rastro de destruição, torturas, mortes, porém tais atos eram justificados como bons, pois era um ato contra os brutos que precisavam ser domesticados pelos europeus para que se tornassem homens melhores. Com esta explicação, transformavam este juízo de valor em uma verdade, de modo que os assassinos e as futuras gerações ficavam isentas do remorso pelo mal que havia feito aos demais, além de transmitirem um sentimento de orgulho e serenidade da alma. (Idem, p. 38). Vejamos como Nietzsche expressou:

Foram as raças nobres que deixaram o conceito de “bárbaros” em seus vestígios por onde quer que passaram; sua elevada cultura continua a evidenciar o fato de que eles tinham consciência disso – sua indiferença e seu desprezo pela segurança, o corpo, a vida, o conforto, sua horrível alegria de espírito e o profundo prazer em toda destruição, em todas as volúpias da vitória e da crueldade – tudo isso, na imaginação das vítimas, se resumia na ideia de bárbaro, inimigo malvado, por exemplo do “godo”, do “vândalo” (Idem p. 39).

Nietzsche diz que principalmente a figura germânica, a que mais dominou e maltratou e transformou suas crueldades em verdades absolutas, só resta a concluir que a Europa não representaria de fato a nação fina e da raça mais avançada e pura, mas sim uma raça bestial. Ademais, que a mesma Europa em seus livros de história havia dividido a história em três partes, todas elas relacionadas com a civilização. Assim tivemos a Idade de Ouro e Prata, que se destacaram pelos ideais da Nobreza e por fim a Idade de Bronze, que é marcada pelos descendentes dos oprimidos que sobreviveram às idades do Ouro e da Prata e que são agora, assim como foram os seus ancestrais, os atuais espoliados, brutalizados, deslocados, vendidos e desprovidos de sentimento e consciência (Idem, p. 39). Assim ele descreveu: “*A desconfiança profunda e glacial que inspira o alemão desde que ascende ao poder, em nossos dias, uma vez mais permanece sempre uma ressonância atávica desse horror indizível que durante séculos a Europa testemunhou na fúria da Besta Germânica*” (Idem, p. 39).

De acordo com o filósofo em estudo, os explorados sempre vão se considerar bons, porque não exploram, não colonizam, não escravizam, não só porque suas atitudes são boas, mas também porque são humildes e pacíficos. É assim que se sentiam os plebeus, os colonizados, os escravizados na Idade de Ouro e Prata, os desprovidos de recursos na Idade de Bronze, os judeus e os cristãos quando explorados ou subjulgados, os quais esperavam pacientemente a vingança pela parte de deus. Para Nietzsche, esta atitude pacífica do oprimido, nada mais é do que uma válvula de escape, porque na realidade não querem aceitar a verdade de que são fracos ou covardes e temerosos de se rebelarem e terem que sofrer na pele os castigos impostos pelos nobres (Idem, p. 43).  
Vejam os:

Nós os fracos, não passamos realmente de fracos, convém que não façamos nada em vista de não sermos realmente fortes. Mas essa amarga situação,

essa sabedoria em seu mais baixo grau que até os insetos a possuem (quem não se finge de morto para não fazer outra coisa em caso de perigo?).

O Oprimido que não se rebela, porque sabe que é fraco é capaz de perdoar o inimigo, não porque o perdoa de coração, mas sim pelo medo de enfrentá-lo e os religiosos beijam a mão e a bota dos poderosos argumentando que deus os instruem a respeitar as autoridades e que Deus cuidará dos oprimidos e punirá os opressores, porém tanto no primeiro caso, como no segundo ambos estão transpirando de ódio. Deus torna-se a válvula de escape para o oprimido, porque acalma no opressor o ódio que não se manifesta pelo medo que possuem em manifestá-lo. Eis portanto a verdade do oprimido, fingir ser bom pacífico ou religioso, porque é um covarde, mas a verdadeira verdade é que estes fracos querem algum dia serem fortes, e quando assim o forem não hesitarão de deixar deus de lado e eles próprios partem para cima dos inimigos para aniquilá-los. Basta voltar novamente ao caso da Roma e Judeia. Primeiramente esta com os ideais mais nobres dominam aquela e depois aquela com os ideais mais nobres, domina esta. Eis, portanto o povo sacerdotal reprimido vencendo Roma (Idem, p. 49).

### **2.3.3 do castigo**

O castigo na sociedade surge, porque os homens ao conviverem uns com os outros estabelecem compromissos os quais precisam ser cumpridos. Desenvolve-se o Direito e com ele cria-se os contratos que firmam compromissos recíprocos, como por exemplo a relação do credor e do devedor, ou do Estado para com os cidadãos para que não infringissem as leis. Nietzsche demonstra que o castigo nem sempre foi aplicado para punir os transgressores da lei, mas sim muitas vezes foi utilizado como uma forma de vingança, ou seja, quando o homem desprovido de recursos é obrigado a fazer um empréstimo e por um motivo ou outro não conseguia pagar ao credor, o qual se vingava aplicando castigos físicos ao devedor, ou matando-o, ou lhe retirando a propriedade, os filhos, a mulher, etc. (Idem, p. 62).

Pelo castigo de seu devedor, o credor participa do direito dos amos: ele também tem acesso enfim ao sentimento enobecedor de estar no direito de desprezar e maltratar um ser que lhe é inferior ... contenta-se em vê-lo maltratado e desprezado. A compensação consiste, pois, num mandato e num título que autorizam a crueldade (Idem, p. 62).

Não é pelo pacto entre credor e devedor, nem sequer entre Estado e cidadãos que surge a noção de Dever, mas sim das consequências que as cláusulas do contrato impõe. Não cumprir com o pacto é estar sujeito ao castigo, logo os homens preferem cumprir a qualquer custo as normas de contrato para não sofrer a punição, tal atitude é o que dá vida à noção do dever, que nada mais é do que mais um dos muitos juízos de valores inculcados na mente dos homens. O dever por sua vez precisou adquirir seu caráter sagrado após ter feito sofrer muitos mártires. O cumprimento do dever, não se dá pelo dever, mas sim pelo medo ( Idem, p. 63), pois: *O que podemos conseguir, de modo geral, por meio do castigo, no homem e no animal, é o aumento do medo... fazendo isso, o castigo doma o homem, mas não o torna “melhor”*(Idem, p. 79).

Se a moralidade aplicou o castigo (mortes, torturas, afogamentos, sequestro dos bens matéris, dos filhos) para amedrontar os homens para fazê-los cumprir com suas promessas firmadas, também criou este mesmo castigo como um divertimento para os nobres ou para alegrar as massas. Casamentos, festas populares, não ganhava sentido sem que nem sequer houvesse algum indivíduo sendo torturado ou executado. Nem as religiões se aboliram este ato, pois elas mesmas se valeram do castigo em seus atos de fé público ou privado (Idem, p. 64). Recorramos as próprias palavras de Nietzsche.

*Em todo caso, não faz muito tempo que não se podia conceber um casamento principesco acompanhado de festas populares sem execuções, torturas e autos de fé, assim como, nas casas dos nobres havia que dar livre curso à maldade ou à facécias cruéis... ver sofrer, faz bem; fazer sofrer, melhor ainda...sem crueldade não há festa: é isso o que ensina a mais antiga e longa história do homem, no castigo há muita festa (Idem, p. 64-5).*

#### **2.3.4 Do Direito**

A estabilização do Direito é outra pérola da vida em sociedade, pois antes do direito não havia a noção nem de justo e nem injusto, ademais o próprio Direito passa a ser subjetivo, pois outrora o que ele punia com castigos, pode a passar não ser mais punido, pois o próprio direito é um influenciador dos costumes. A moralidade é algo que se valida e se nega o tempo todo. Todas as coisas que são hoje boas, outrora foram más. O Direito só se firmou porque também foi instituído com violência para forçar os súditos a se inclinarem as normas que o Soberano ditava ou o colonizador ditava às colônias. O mesmo ocorreu com a religião que também se firmaram num primeiro momento pelo

uso da força daquele que tinha o poder. Somente depois tanto o direito, como a religião adquirem um caráter de ser um bem, por procurarem recuar as vinganças dos homens, quer pelo medo da punição das leis e os castigos físicos, quer pelo medo dos castigos e suplícios espirituais. Em suma, cada avanço que o homem fez na terra no campo da moralidade que são hoje um bem, mas que outrora causaram os mais terríveis suplícios, opressões e derramamento de sangue de seus mártires. (Idem, p. 86 e 111).

### **2.3.5 A religião, o Nihilismo e o ideal asceta.**

Se a Nobreza criou seus juízos de verdade para validade suas ações interesseiras, o mesmo se deu com as Religiões, que procurando se estabilizar e almejando crescer para se tornar tão forte quanto os nobres vai criar também seus juízos de valores. Como Exemplo, Nietzsche relata ao leitor que judaísmo, através de seus sacerdotes, inculcavam nos fieis que somente eles eram os bons, pois dentre os diversos povos que habitavam a terra, somente eles haviam sido escolhidos por Deus (Idem, p. 32). Vejamos:

... só para eles(Judeus) existe a bem-aventurança – quanto aos outros, os nobres e poderosos, são por toda a eternidade os maus, os cruéis, os concupiscentes, os ensaiáveis, os ímpios, são por toda a eternidade os réprobos, os malditos, os condenados (Idem, p. 32).

Para Nietzsche a verdade dos judeus era uma mentira, pois o que eles almejavam como verdade era triunfar sobre a nobreza, e tal feito não tardou a chegar, pois os judeus não só triunfaram sobre a nobreza, mas sobre o Império Romano, pois eles foram e são os únicos campeões, já que continuaram a triunfar após a derrota da Nobreza e do Império Romano. ***Os judeus com o triunfo são agora os Nobres dos ideais mais nobres*** (Idem, p. 33).

Mais tarde a religião é tida como uma terapia para curar o homem do nihilismo já que, na medida em que, a sociedade se desenvolve, ela marcará nas mentes dos homens as sequelas das tragédias como: escravidão, colonização, miséria, pobreza, sífilis, malária, alcoolismo, guerras de toda a espécie. A sociedade está mergulhada num mal-estar que leva a um pessimismo, que faz o homem encontrar na convivência em sociedade o Nihilismo (Idem, p. 126-27).

Pode-se dizer que, em geral, todas as religiões têm por objeto principal combater uma epidemia de cansaço. Pode presumir-se que de quando em quando deve haver em certos pontos do globo um *sentimento de depressão fisiológica* nas massas, cuja causa se ignora e cujo remédio se procura no campo psicológico-moral (esta é minha fórmula para tudo quanto se chama religião).

O surgimento do niilismo leva também ao surgimento do ideal ascético, na figura do asceta. Mas surge outro problema, como identificar o asceta, já que o mesmo pode ser um místico ou um contemplativo, ambos com o objetivo único de tirar o homem do niilismo?(Idem, p.104).

O asceta pode estar sendo representado pelo sacerdote, pelo pastor, pelo devoto e pelo próprio filósofo. O filósofo por sua vez parece que desenvolve um ideal ascético mais adequado, porque presa pela liberdade e se opõe à opressão, procura não se isolar num retiro espiritual, mas sim num local que lhe permita se dedicar aos seus pensamentos para serem reproduzidos e apresentados aos homens propondo melhorias, críticas etc.(Idem, p. 106). Vejamos:

O deserto para onde se retirava Heráclito... mas o que Heráclito queria evitar, também nós o queremos evitar: o ruído e o chafarizismo democrático dos éfesos, sua política, as últimas notícias do Império, porque nós os filósofos, necessitamos sobretudo, de alguma coisa que nos deixe em paz.

O ruído, e as agitações da cidade não são para o filósofo, pois ele precisa do campo ou do isolamento para propor seus tratados. O ascetismo do filósofo é o mais nobre, pois está isento de interesses. É um ascetismo maternal. O filósofo não se casa, geralmente não produzem descendentes, mas o filósofo torna-se fecundo através de suas obras nas mentes dos homens (Idem, p. 108).

O sacerdote ou o místico são opostos ao filósofo. Seus ideais ascéticos são interesseiros, pois percebem o niilismo da sociedade e procuram animar aos doentes a saírem do niilismo através de uma fé. O sacerdote não liberta os homens, mas sim semeia constantemente o medo, para que os fieis tenham sempre nele um porto seguro em que possam se ancorar. O sacerdote passa a ser o salvador da sociedade, o advogado

do rebanho doente e com isto passa a ser tido como um Deus a ser adorado (Idem, p. 121-22).

O sacerdote, chefe do rebanho, faz com que os homens creiam que são pecadores, quando na realidade o filósofo mostra que o pecado nada mais é do que um juízo de valor, que quer validar esta teoria religiosa, para negar esta tese o filósofo demonstra que se sentir pecador não significa que o sujeito o seja de fato, do mesmo modo ocorre com quem pensa que está se sentindo bem de saúde, quando na realidade não está (Idem, p.125).

O sacerdote se vale de artifícios, como ajudar, encorajar, consolar, elogiar para que o niilismo dos homens não os prejudiquem uns aos outros. Como método de encorajamento o sacerdote incita seus fieis a fazer o bem, não porque isto seja bom, mas sim porque promove um ato de superioridade naqueles que ajudam ou um sentimento de ser útil, o que serve de consolo para incentivar os homens (Idem, p. 130).

A cólera, medo, voluptuosidade, vingança, esperança, triunfo, desespero, crueldade. O sacerdote asceta tomou efetivamente a seu serviço, sem questionar-se, toda essa matilha de cães selvagens que habitam no homem e libertou ora um, ora outro, sempre com o mesmo objetivo, despertar o homem da tristeza, eliminar por algum tempo pelo menos sua dor acabrunhada, sua miséria indecisa, sempre em favor de uma interpretação e de uma justificativa religiosa (Idem, p. 134).

### **3. Conclusão.**

Rousseau conclui que o homem em sociedade criou a moralidade que rotula todas as coisas ou em verdade, mentira, bem, bom, mal e mau, quando na realidade esta moralidade como todas as demais coisas em sociedade são criações do gênero humano, que se fizer uma autorreflexão e interrogar-se a si próprio verá que não há razão alguma nas diversas regras da moralidade, como honra sem virtude, razão sem sabedoria, prazer sem felicidade, que os imbecis conduzem os sábios, que uma minoria goza da abundancia ao passo que a maioria da população encontra-se esfomeada ou passando necessidade. A moralidade do estado social é imoral, porque gera toda a espécie de

desigualdade. (Idem, p. 139-41). Como Solução Rousseau apresenta como exemplo o homem selvagem a ser seguido como padrão ao homem social. Vejamos:

O homem selvagem... só respeita o repouso e a liberdade; só quer viver e ficar ocioso... Ao contrário, o cidadão sempre ativo, sua agitação atormenta-se sem cessar para buscar ocupações ainda mais laboriosas; trabalha até a morte, faz a corte aos grandes que odeia e aos ricos que despreza; nada poupa para obter a honra de servi-los (Idem, p. 138-9).

De tudo o que foi exposto em Nietzsche a Crítica a Genealogia da Moral é antes uma crítica ao contrato Social Defendido Por Hobbes. Para Nietzsche o medo que o homem sentia no *Estado De Natureza* lhe deixava forte, porém é somente a convivência em sociedade que tornou todos os homens frágeis e doentes (fisicamente e psicologicamente) porque é na convivência em sociedade que o homem diante dos males da sociedade torna-se depressivo e desgostoso da vida e tal depressão o faz contaminar os demais homens de modo que a sociedade como um todo passa a ter uma espécie de manicômio. O homem perde a crença, para ele nada mais tem significado. É na sociedade que o homem encontra o niilismo (Idem, p. 118).

Os doentes são o maior perigo para os sadios: não é dos mais fortes que vem para os mais fracos a calamidade, mas para os mais fracos... Decerto se não deve desejar que diminua o medo entre os homens, porque esse medo obriga os homens a serem fortes... ele mantém o tipo de homem robusto. O terrível e desastroso não é certamente o maior medo, mas o *grande desgosto do homem...* “última vontade” do homem, sua vontade de nada, o niilismo. De fato, muitas coisas já o preparam. Aqueles que têm olhos, ouvidos, nariz, percebem por todos os lados a atmosfera de um manicômio e de um hospital, em todas as partes do mundo civilizado, em toda espécie de “Europa”. Os *doentes* são o maior perigo do homem; não os *maus*, não as “feras de rapina”. Os desgraçados, os vencidos, os impotentes, os *mais fracos* são os que minam a vida e envenenam e destroem a nossa confiança...Nesse terreno pantanoso do desprezo de si mesmo cresce essa erva ruim, essa planta venenosa, pequena, oculta e adocicada. Aqui formigam os vermes de sentimentos de ódio e rancor (Idem, p. 118-119).

Em linhas gerais, o homem em sociedade é um prisioneiro dos costumes. É um ser que não pode se rebelar para se libertar e suas descrenças na moralidade faz com que trave uma batalha consigo próprio, que leva o homem a se corroer, se dilacerar e a se torturar a si próprio. O homem vai procurar se libertar de um mal que jamais será

curado em sociedade, que é o sofrimento suscitado no homem pelo homem, fruto de sua ruptura violenta com o seu passado (Idem, p. 81).

#### **4. Referências**

NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da moral*. São Paulo: Escala.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem da desigualdade* – Edição eletrônica, disponível para consulta em: (<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/desigualdade.pdf>, em 12/11/2014) <sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A origem das desigualdades foi também lida na íntegra em os Pensadores.